

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

Universidade de Brasília (UASG 154040)

Decanato de Administração e Finanças – DAF

Diretoria de Compras – DCO

Coordenadoria de Licitações

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação serviço de engenharia contínuo, sem mão de obra exclusiva, de manutenção de elevadores, plataformas e monta-cargas, com peças incluídas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 666.000,00 (seiscentos e sessenta e seis mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

REGIME DE EXECUÇÃO:

empreitada por preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP compras.gov.br e apresente a sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO -----03

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO -----04

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO -----06

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO -----06

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA -----08

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES -----09

7. DA FASE DE JULGAMENTO -----	-----12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO -----	-----13
9. DO TERMO DE CONTRATO -----	-----16
10. DOS RECURSOS -----	-----16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES -----	-----17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO -----	-----20
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS -----	-----20

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23106.023140/2024-59)

Torna-se público que a Universidade de Brasília, por meio da Coordenadoria de Licitações – DAF/DCO/COL, sediado no Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria 2º Andar, Brasília – DF, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação serviço de engenharia contínuo, sem mão de obra exclusiva, de manutenção de elevadores, plataformas e monta-cargas, com peças incluídas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 4 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.1. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem

1.3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, em que todos os itens do grupo deverão estar com preço igual ou abaixo do preço estimado, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.**

1.4. **Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. **A participação na licitação é aberta a ampla concorrência.**

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.8. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.4 e 2.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.10.4 e 2.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do

projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.17. A vedação de que trata o item 2.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do

sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo o quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Sendo o critério de julgamento o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual

de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o estipulado no sistema www.gov.br/compras.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. Foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e

empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. **A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei (carece de regulamentação, não será aplicado);

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (carece de regulamentação, não será aplicado)

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. **Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da

proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, devidamente adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
- d) Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro

cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Secretaria do Patrimônio Imobiliário pelo e-mail spicmp@unb.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, conforme constante nos itens 4.26, 4.27, 4.28, 4.29 e 4.30 do termo de referência.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades

da contratação..

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o

pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. **O Pregoeiro enviará e-mail para o adjudicatário realizar o cadastro de usuário externo do Sistema Eletrônico SEI. Após o cadastro, o adjudicatário terá acesso ao link do processo no SEI para que seja assinado digitalmente em até 02 dias úteis o Termo de Contrato.**

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.**

9.8. **Na hipótese de irregularidade será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização perante o cadastro. O prazo poderá ser prorrogado, a pedido, mediante justificativa.**

9.9. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à

habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.daf.unb.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e

11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no

SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: col@unb.br .

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos

ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daf.unb.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Pedro Freire Louro**, **Administrador(a) da Diretoria de Compras do Decanato de Administração**, em 15/05/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14234366** e o código CRC **743F088B**.

Referência: Processo nº 23106.023140/2024-59

SEI nº 14234366

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	154040-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	ROBINSON VELLOSO NETO	14/05/2026 15:23 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23106.023140/2024-59

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº23106.023140/2024-59)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de Manutenção Preventiva, Corretiva e Emergencial de Elevadores, Plataformas e Monta-cargas, com peças incluídas, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de elevadores, da Universidade de Brasília	3557	Elevadores	136	R\$ 350,00	R\$ 57.1200,00
	2	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de monta-cargas da Universidade de Brasília	3557	Monta-cargas	2	R\$ 200,00	R\$ 4.800,00

	3	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, plataformas da Universidade de Brasília	3557	Plataformas Inclínadas	5	R\$ 250,00	R\$ 15.000,00
	4	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de monta-cargas da Universidade de Brasília	3557	Plataformas verticais	25	R\$ 250,00	R\$ 75.000,00
TOTAL			N/A	N/A	169	N/A	R\$ 666.000,00

1.1.1. A presente contratação tem seu valor estimado já incluindo todas as peças a serem utilizadas de acordo com a demanda de manutenção corretiva, conforme já é de praxe do mercado de manutenção de elevadores e similares, o preço mensal de cada equipamento já contempla eventuais reposições, trocas e/ou recondicionamento de todas as peças que forem necessárias para manter o correto funcionamento dentro dos parâmetros de qualidade e segurança originais.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a manutenção de elevadores deve ocorrer de forma rotineira e ininterrupta, conforme detalhado no ETP, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a rotina ininterrupta do serviço e a importância da manutenção à longo prazo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Natureza do contrato

1.6. A contratação de manutenção de elevadores adota modelo amplamente utilizado no mercado e já aplicado nos últimos contratos da Universidade de Brasília, no qual cada equipamento possui valor mensal único que engloba manutenção preventiva, corretiva, atendimento emergencial e fornecimento de todas as peças necessárias, em razão da impossibilidade de prever quais componentes precisarão ser substituídos ao longo da execução contratual. Tal modelagem decorre das características técnicas do objeto, considerando que a necessidade de troca de peças somente pode ser identificada durante as intervenções, de modo que a separação entre serviços e fornecimento de peças poderia ocasionar aumento da indisponibilidade dos equipamentos, conflitos de responsabilidade, maior complexidade contratual e prejuízo à eficiência operacional. Assim, o agrupamento do objeto assegura maior eficiência, celeridade, continuidade dos serviços e melhor definição de responsabilidades, estando em conformidade com o art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o parcelamento somente deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, o que não se verifica no presente caso diante da interdependência entre serviços e peças. Ressalta-se ainda que a modelagem não restringe a competitividade, pois empresas especializadas no setor

possuem capacidade de fornecer os componentes necessários, alinhando-se também à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual o parcelamento deve ser evitado quando houver prejuízo ao conjunto da contratação ou perda de economia de escala.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. A terceirização das atividades de manutenção de elevadores é justificada dado que as atividades objeto da presente contratação possuem natureza acessória, instrumental ou complementar às competências institucionais deste órgão, não constituindo atribuições inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Carreiras vigente.

2.4 A vantajosidade econômica da presente licitação se dá pelo fato de que a acessibilidade da universidade como um todo, o levantamento do valor de mercado de cada um dos equipamentos não é possível pois os mesmo são parte inerente dos imóveis aos quais pertencem. Não se trata de mero objeto de fácil troca ou substituição e sim de um sistema que faz parte do imóvel a qual pertence, muitas vezes fazendo parte inclusive do conjunto arquitetônico que o cerca. Todos os equipamentos se encontram em pleno funcionamento, ou ainda serão entregues juntamente com os imóveis que se encontram em fase de construção.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.;

4.1.2. Os produtos fornecidos devem procurar se enquadrar nos seguintes aspectos de sustentabilidade, no que couber à execução do contrato:

4.1.2.1. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2.2. Observar requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.2.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2.4. Os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.2.5. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos; e

4.1.2.6. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.3. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.3.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

4.1.3.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.1.3.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

4.1.3.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.4. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.1.5. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116. de 2004;

4.1.6. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambientais:

4.1.6.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo. que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.1.6.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10 152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

4.1.6.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º. da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes; e

4.1.6.4. A contratação não deve contrapor medidas de sustentabilidade estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável da Universidade de Brasília, que pode visualizado no Portal da Secretaria de Meio Ambiente da UnB.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa.

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.1. Serviços em motores, geradores e bombas;

4.4.2. Serviços em polias e cabos;

4.4.3. Serviços em portas metálicas e estrutura de cabina;

4.4.4. Remoções e descarte ambientalmente correto de materiais; e

4.4.5. Serviços especializados excepcionais, mediante autorização da Fiscalização.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.9.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.10.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.10.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.10.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.14.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.15.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.15.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.15.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.16. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)
- 4.16.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.20. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.20.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.20.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.21.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.21.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.26. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08** horas às **18** horas.

4.27. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.28. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.29. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.30. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.31. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de BRASÍLIA - DF, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução da Manutenção Preventiva seguirá o Plano de Manutenção elaborado pela empresa e aceito pela FISCALIZAÇÃO. No prazo compreendido entre o início dos serviços e a efetiva aprovação do Plano de Manutenção, a empresa deverá seguir as Rotinas de Manutenção Mínimas definidas no Termo de Referência (ANEXO B).

5.1.2.2. A empresa deverá assumir inteira responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e atendimento emergencial, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência.

5.1.2.3. A empresa deve prover serviço de resgate de pessoas 24 horas por dia, todos os dias do ano.

5.1.2.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, partes, componentes e acessórios dos respectivos fabricantes, necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos objeto desta contratação e à conservação de seu estado.

5.1.2.5. As peças, componentes e acessórios devem preferencialmente ser genuínos dos respectivos fabricantes.

5.1.2.6. Caso o fabricante tenha descontinuado sua produção, devem ser utilizadas peças, componentes e acessórios similares e novos. Um eventual recondicionamento, caso se comprove a inexistência de similar no mercado, deve ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

5.1.2.7. Não fazem parte da cobertura os materiais cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da empresa.

5.1.2.8. Toda informação de natureza técnica deverá ser prestada diretamente pelo responsável técnico.

5.1.2.9. A contratada deverá ser capaz de prestar qualquer informação relativa à execução do contrato no prazo máximo de 24 horas. Em casos de emergência, as informações deverão ser prestadas imediatamente. A depender do caso, o prazo poderá ser flexibilizado a critério da fiscalização.

5.1.2.10. As informações prestadas pela contratada deverão ter embasamento técnico, e suportadas por imagens, orçamentos, manuais, normas e outros documentos, conforme o caso.

5.1.2.11. O responsável técnico deve estar à disposição da contratante para esclarecimentos, que devem ser prestados por telefone, e-mail, aplicativo instantâneo de mensagens (WhatsApp), ou ainda, presencialmente nas dependências da contratada quando solicitado pela fiscalização.

5.1.2.12. A contratada deverá disponibilizar pessoal qualificado sempre que necessário para abrir caixas de corrida, inspeções e movimentação de elevadores quando necessário, inclusive para viabilizar a manutenção predial.

5.1.2.13. A empresa é responsável pelo cumprimento de todas as normas vigentes, inclusive as de higiene e segurança do trabalho, e será penalizada em caso de não observação das normas, legislações e boas práticas vigentes.

5.1.2.14. A Contratada é responsável por toda a comunicação visual e tátil, cujo modelo deve ser previamente aprovado pela fiscalização. As informações — como capacidade de carga, número de passageiros, destinação do equipamento e contatos para emergência — devem ser legíveis, destacadas e fixadas em locais visíveis e acessíveis. Os contatos da Contratada são obrigatórios tanto nas cabines quanto nas portas de pavimento.

5.1.2.15. A contratada deve fornecer todas as informações e orientações necessárias sobre o uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs) para todas as atividades relacionadas ao contrato e esclarecer dúvidas, sempre que solicitado.

5.1.2.16. A contratada é responsável por manter todos os equipamentos, com seus componentes e acessórios, em plenas condições de operação segura, durante toda a vigência do contrato, e para isso deve usar todos os recursos de manutenção disponíveis.

5.1.2.17. A contratada deve solicitar providências da contratante para as situações que extrapolem o objeto da contratação, mas que interfiram na operação dos equipamentos conforme normativos e boas práticas vigentes.

5.1.2.18. Rotina de execução do objeto:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.1.2.18.1. Entende-se como manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.1.2.18.2. Mensalmente a empresa deverá executar a rotina de manutenção preventiva em todos os equipamentos contemplados neste Termo de Referência, de acordo com o Plano de Manutenção a ser elaborado pela empresa e aprovado pela Fiscalização.

5.1.2.18.3. A empresa deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas e periodicidades que comporão o Plano de Manutenção Preventiva.

5.1.2.18.4. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela Fiscalização.

5.1.2.18.5. A execução da Manutenção Preventiva seguirá o Plano de Manutenção elaborado pela CONTRATADA e aceito pela FISCALIZAÇÃO.

5.1.2.18.6. O Plano de Manutenção deve ser elaborado pelo responsável técnico e entregue em até 30 (trinta) dias corridos do início do contrato.

5.1.2.18.7. O Plano de Manutenção deverá conter, no mínimo, as rotinas estabelecidas neste Termo de Referência (ANEXO B).

5.1.2.18.8. Quaisquer rotinas que não constem do Plano de Manutenção deverão ser objeto de justificativa.

5.1.2.18.9. Sempre que necessário atualizar o Plano de Manutenção, a CONTRATADA deverá informá-lo à Fiscalização.

5.1.2.18.10. O Plano de Manutenção deve considerar falhas previsíveis decorrentes do tempo de uso e desgaste natural.

5.1.2.18.11. O Plano de Manutenção deve ser compatível com a instalação, reduzindo ao mínimo possível os períodos de inatividade do equipamento, sem prejuízo da segurança.

5.1.2.18.12. As rotinas apresentadas no ANEXO B poderão nortear a elaboração do Plano de Manutenção.

5.1.2.18.13. Alterações solicitadas pela FISCALIZAÇÃO deverão ser implementadas em até 7 (sete) dias corridos.

- 5.1.2.18.14. Serviços adicionais poderão ser incluídos no Plano de Manutenção sem custos adicionais.
- 5.1.2.18.15. Deverá ser emitida mensalmente Ordem de Serviço específica para manutenção preventiva.
- 5.1.2.18.16. Cada Ordem de Serviço deve ser acompanhada de check-list das rotinas realizadas.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 5.1.2.18.17. Entende-se como manutenção corretiva aquela destinada a reparar quebras e defeitos.
- 5.1.2.18.18. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.1.2.18.19. A manutenção corretiva será solicitada por telefone, com posterior geração de Ordem de Serviço.
- 5.1.2.18.20. Ao término do serviço, deverá ser apresentada a Ordem de Serviço ao responsável indicado pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.1.2.18.21. A manutenção corretiva com substituição de peças deverá ocorrer sempre que solicitada.
- 5.1.2.18.22. Devem ser observados os seguintes limites:
- 5.1.2.18.22.1. Atendimento em até 30 minutos para acidentes ou pessoas presas;
 - 5.1.2.18.22.2. Atendimento em até 3 horas nos demais casos;
 - 5.1.2.18.22.3. Atendimento em até 1 hora quando houver apenas um elevador ou mais de um parado;
 - 5.1.2.18.22.4. Restabelecimento do funcionamento em até 72 horas.
- 5.1.2.18.23. A empresa se obriga a executar reparos sem ônus à CONTRATANTE, incluindo a troca de todas as peças e componentes que sejam necessários ao pleno e correto funcionamento dos equipamentos de acordo com as suas características originais de qualidade e segurança.
- 5.1.2.18.24. Em casos excepcionais, o prazo poderá ser estendido para até 7 dias, mediante justificativa.
- 5.1.2.18.25. Em casos de força maior, deverá ser apresentada justificativa detalhada.
- 5.1.2.18.26. O descumprimento de prazos autoriza a contratação de terceiros às expensas da CONTRATADA.

SERVIÇOS DE RESGATE E ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

- 5.1.2.18.27. Entende-se por atendimento emergencial os casos de acidentes ou pessoas presas na cabina.
- 5.1.2.18.28. A empresa deverá instalar placas informativas nas cabinas e portas de pavimento.
- 5.1.2.18.29. Os serviços de resgate deverão registrar os chamados e constar em relatório.
- 5.1.2.18.30. A empresa deverá disponibilizar número telefônico para chamados.
- 5.1.2.18.31. A empresa deve manter registros e enviar relatório por e-mail contendo:
- 5.1.2.18.31.1. Identificação do elevador;
 - 5.1.2.18.31.2. Identificação do funcionário responsável;
 - 5.1.2.18.31.3. Data e horário de abertura;
 - 5.1.2.18.31.4. Data e horário de encerramento;

- 5.1.2.18.31.5. Tempo de indisponibilidade;
- 5.1.2.18.31.6. Status do equipamento;
- 5.1.2.18.31.7. Descrição da ocorrência;
- 5.1.2.18.31.8. Informação sobre passageiros presos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- 5.2.1. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A - Asa Norte (Itens 1 a 59);
- 5.2.2. Faculdade de Ceilândia - FCE, Setor A Norte Campus Universitário - Centro Metropolitano, Ceilândia Sul (itens 60 e 61);
- 5.2.3. Faculdade do Gama - FGA, Área Especial de Indústria Projeção A, Gama (itens 62, 63 e 64);
- 5.2.4. Faculdade de Planaltina, FUP, Área Universitária, 01, Vila Nossa Senhora de Fátima (itens 65 e 66);
- 5.2.5. Colina, Asa Norte, Brasília (itens 67 a 72);
- 5.2.6. Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco C, 78, Asa Sul, Brasília (item 74);
- 5.2.7. Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, 170, Asa Sul, Brasília (item 73);
- 5.2.8. SQN 109, Asa Norte, Brasília (itens 75 e 76);
- 5.2.9. SQN 205, Asa Norte, Brasília (itens 77, 78 e 79); e
- 5.2.10.SQN 206, Asa Norte, Brasília (itens 80, 81 e 82).

ROL DOS EQUIPAMENTOS			
	LOCAL	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Darcy Ribeiro - Uleg - FM	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 275 kg	1
2	Darcy Ribeiro - ICC -IE	Plataforma Vertical - MKB - 250 kg	1
3	Darcy Ribeiro - ICC -IE	Plataforma Inclinação - MKB - 225 kg	1
4	Darcy Ribeiro - ICC - FAC	Plataforma Vertical - MKB - 250 kg	1
5	Darcy Ribeiro - ICC - FAC	Plataforma Inclinação - MKB - 225 kg	1
6	Darcy Ribeiro - FD	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 275 kg	1
7	Darcy Ribeiro - FEF	Plataforma Inclinação - ATI (Previsão) - 200 kg	1
8	Darcy Ribeiro - FE -03	Plataforma Vertical - ATI - 280 kg	1

9	Darcy Ribeiro - FEF	Plataforma Vertical - ATI - 280 kg	1
10	Darcy Ribeiro - C-biotech	Elevador - OTIS - 600kg	1
11	Darcy Ribeiro - UAS	Elevador - Montele (Previsão) - 225 kg	1
12	Darcy Ribeiro - IDA	Elevador - ORBIT - 1000 kg	2
13	Darcy Ribeiro - TEATRO Helena Barcelos	Monta-carga	1
14	Darcy Ribeiro - TEATRO Helena Barcelos	Plataforma Vertical	1
15	Darcy Ribeiro - ICC Norte	Elevador - ATI - 225 kg	1
16	Darcy Ribeiro - FAV	Elevador - Atlas Schindler (Previsão) - 975kg	2
17	Darcy Ribeiro - LGC	Elevador - Montele (Previsão) - 225 kg	1
18	Darcy Ribeiro - CEU Bloco B	Elevador - Schindler - 675 kg	1
19	Darcy Ribeiro - FD	Elevador - Módulo - 300 kg	1
20	Darcy Ribeiro - Florestal	Elevador - Otis - 420 kg	1
21	Darcy Ribeiro - IB Bloco A	Elevador - Titã - 225 kg	1
22	Darcy Ribeiro - IB Bloco G	Elevador - Titã - 225 kg	1
23	Darcy Ribeiro - IB Bloco H	Elevador - Titã - 225 kg	1
24	Darcy Ribeiro - IB Bloco I	Elevador - Titã - 225 kg	1
25	Darcy Ribeiro - BAES	Elevador - Titã - 340 kg	1
26	Darcy Ribeiro - BCE	Elevador - Wollk - 750 kg	1
27	Darcy Ribeiro - CEU Bloco A	Elevador - Schindler - 675 kg	1
28	Darcy Ribeiro - CIC/EST	Elevador - Montele - 225 kg	1
29	Darcy Ribeiro - CPD	Elevador - Montele - 225 kg	1

30	Darcy Ribeiro - FS	Elevador - Otis - 1500 kg	1
31	Darcy Ribeiro - IB Bloco E	Elevador - Titã - 225 kg	1
32	Darcy Ribeiro - ICC Centro	Elevador - AMG - 300 kg	1
33	Darcy Ribeiro - ICC Sul	Elevador - AMG - 300 kg	1
34	Darcy Ribeiro - ICS	Elevador - Thyssen Krup - 225 kg	1
35	Darcy Ribeiro - IPOL/IREL	Elevador - Montele - 225 kg	1
36	Darcy Ribeiro - Maloca	Elevador - Titã - 225 kg	1
37	Darcy Ribeiro - BCE	Monta-carga - GN1 - 80 kg	1
38	Darcy Ribeiro - FCI	Plataforma Vertical - IESAB - 325 kg	1
39	Darcy Ribeiro - FCI	Plataforma Vertical - UP Center - 250 kg	1
40	Darcy Ribeiro - CDT	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	1
41	Darcy Ribeiro - Centro de Vivência Bloco A	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 250 kg	1
42	Darcy Ribeiro - CRAD	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	1
43	Darcy Ribeiro - BSAN	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	1
44	Darcy Ribeiro - CDT	Plataforma Vertical - Montele - 250 kg	1
45	Darcy Ribeiro - CEU Bloco A	Plataforma Vertical - Vertical - 225 kg	1
46	Darcy Ribeiro - CEU Bloco B	Plataforma Vertical - Vertical - 225 kg	1
47	Darcy Ribeiro - ULEG-FS	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 250 kg	1
48	Darcy Ribeiro - ULEG-FT	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 250 kg	1
49	Darcy Ribeiro - Auditório FD	Plataforma inclinada - Thyssen Krupp - 225 kg	1
50	Darcy Ribeiro - Auditório FS	Plataforma inclinada - Thyssen Krupp - 225 kg	1

51	Darcy Ribeiro - CDS	Elevador - INOVAT - 225 kg	1
52	Darcy Ribeiro - Memorial Darcy Ribeiro	Elevador - - - 750 kg	1
53	Darcy Ribeiro - APOSFUB	Elevador - Otis - 600 kg	1
54	Darcy Ribeiro - BSA Sul	Elevador - Otis - 630 kg	2
55	Darcy Ribeiro - CAEP	Elevador - Montele - 340 kg	2
56	Darcy Ribeiro - IQ	Elevador - Otis - 450 kg	2
57	Darcy Ribeiro - Reitoria	Elevador - Otis - 420 kg	2
58	Darcy Ribeiro - DIMEQ	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	2
59	Darcy Ribeiro - INFRA	Plataforma Vertical - - - 250 kg	2
60	FCE - UED	Elevador - Titã - 340 kg	1
61	FCE - UEP	Plataforma Vertical - Thyssen Krupp - 250 kg	1
62	FGA - LDTEA	Elevador - - - 600 kg	1
63	FGA - UAC	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	1
64	FGA - UED	Plataforma Vertical - Montele - 275 kg	1
65	FUP - UAC	Elevador - Montele - 275 kg	1
66	FUP - Alojamento	Elevador - Montele - 275 kg	1
67	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco E	Elevador - Otis - 420 kg	8
68	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco F	Elevador - Otis - 420 kg	6
69	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco G	Elevador - Otis - 420 kg	8
70	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco H	Elevador - Otis - 420 kg	8
71	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco I	Elevador - Otis - 420 kg	6

72	Darcy Ribeiro - Colina - Bloco J	Elevador - Otis - 420 kg	8
73	Setor Comercial Sul - Edifício Anápolis	Elevador - Otis - 375 kg	2
74	Setor Comercial Sul - Edifício OK	Elevador - Otis - 600 kg	2
75	SQN 109 - Bloco I	Elevador - Otis - 420 kg	4
76	SQN 109 - Bloco J	Elevador - Otis - 420 kg	6
77	SQN 205 - Bloco C	Elevador - Otis - 420 kg	6
78	SQN 205 - Bloco H	Elevador - Otis - 420 kg	6
79	SQN 205 - Bloco L	Elevador - Otis - 420 kg	6
80	SQN 206 - Bloco A	Elevador - Otis - 420 kg	6
81	SQN 206 - Bloco F	Elevador - Otis - 420 kg	6
82	SQN 206 - Bloco K	Elevador - Otis - 420 kg	6

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda-feira a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, obedecendo ao expediente da Universidade de Brasília e às regras dos blocos residenciais, quando pertinente. A manutenção preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da Universidade, desde que a empresa solicite previamente à fiscalização e o pleito seja aprovado.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

REGISTROS DE ACOMPANHAMENTO

- 5.3.1.1. Deverá ser apresentado mensalmente relatório de manutenção para os equipamentos – elevadores, monta-cargas e plataformas elevatórias – objeto desta contratação que contemple as atividades realizadas no período. O relatório deverá conter, no mínimo:
- 5.3.1.1.1. Detalhamento dos serviços de manutenção corretiva que tenham sido realizados no período, inclusive com datas, horário de atendimento e horários de início e término dos serviços;
 - 5.3.1.1.2. Indicação detalhada dos componentes que tenham sido substituídos;
 - 5.3.1.1.3. Proposição de alterações do Plano de Manutenção (sujeitas a aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO);
 - 5.3.1.1.4. Indicação detalhada de intervenções ainda pendentes, com prazos para execução;
 - 5.3.1.1.5. A execução das rotinas mensais de manutenção preventiva previstas no Plano de Manutenção (ANEXO B) em forma de Tabela resumida. Deverá conter, para cada equipamento as respectivas Ordens de Serviço específicas de manutenção preventiva e as datas da efetiva realização dos serviços;

5.3.1.1.6. Chamados acumulados nos últimos 12 meses, por equipamento; e

5.3.1.1.7. Relatório fotográfico e explicativo das manutenções corretivas realizadas no mês.

5.3.1.2. O relatório deve incluir as ações de responsabilidade da contratante que possam afetar a execução do contrato de manutenção dos elevadores. Entre essas ações estão as adequações na infraestrutura predial, como: melhoria dos quadros elétricos, reforço da segurança na casa de máquinas e correção de infiltrações. Essas intervenções são necessárias para assegurar a proteção de pessoas e do patrimônio, o cumprimento das boas práticas de engenharia e a otimização da execução contratual.

5.3.1.3. As alterações aos Relatórios Mensais solicitadas pela FISCALIZAÇÃO deverão ser implementadas pela empresa antes da emissão de qualquer documento fiscal.

5.3.1.4. A emissão dos documentos fiscais poderá ocorrer apenas após a aprovação pela FISCALIZAÇÃO dos Relatórios, conforme Termo de Referência.

5.3.1.5. A empresa deverá manter um registro completo e organizado de todos os equipamentos, incluindo suas características técnicas e funcionais, histórico de manutenções preventivas e corretivas, além do registro de todos os chamados realizados. Essas informações deverão estar disponíveis de forma ágil e de fácil acesso para consulta quando necessário.

5.3.1.6. Essas informações deverão subsidiar a elaboração do relatório e cálculos dos indicadores exigidos no Termo de Referência.

5.3.1.7. Para fins de acompanhamento, a empresa deverá, ainda, apresentar, sempre que realizar atividades in loco uma cópia da ordem de serviço com o registro das informações da ocorrência.

5.3.1.8. Nessa ordem de serviço devem estar presentes, no mínimo, os seguintes itens:

5.3.1.8.1. Numeração de registro;

5.3.1.8.2. Nome do profissional que está executando os serviços;

5.3.1.8.3. Data e hora da abertura do chamado;

5.3.1.8.4. Data e hora da chegada do técnico ao local dos serviços;

5.3.1.8.5. Data e hora da conclusão dos serviços (recuperação do funcionamento do elevador);

5.3.1.8.6. Descrição das atividades executadas;

5.3.1.8.7. Peças substituídas; e

5.3.1.8.8. Assinatura do profissional.

5.3.1.9. A empresa poderá ser sancionada com multa caso não apresente a documentação supramencionada a cada atendimento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.3.1.10. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.3.1.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.3.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a

Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.3.1.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.3.1.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

5.3.1.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.3.1.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

5.3.1.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.3.1.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.3.1.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.3.1.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.3.1.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.3.1.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.3.1.23. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações.

5.3.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.3.1.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.1.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

5.3.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.3.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

5.3.1.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

5.3.1.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

5.3.1.31. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017.

5.3.1.32. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

5.3.1.33. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.3.1.34. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova CONTRATADA que continuará a execução dos serviços.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais e equipamentos necessários à elaboração dos serviços especificados neste Termo de Referência e em seus anexos;

5.4.2. A CONTRATADA não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramenta, instrumento ou equipamento de trabalho;

5.4.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto;

5.4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar endereço de correio eletrônico que servirá de canal de comunicação para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber chamados 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Os preços unitários a serem propostos pela licitante deverão englobar, para todos os itens da Planilha de Preços, os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, aluguel de todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à correta execução dos serviços, inclusive de terceiros, ainda que não discriminados, fretes e carretos, bem como quaisquer perdas de material.

5.5.2. Para cada item da Planilha de Preços, o preço unitário proposto deverá considerar a execução completa do serviço correspondente, de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a execução dos serviços de forma parcial ou em desacordo com este Termo de Referência, sob o argumento de não ter sido considerado o custo relativo a qualquer parcela necessária à completa e à correta execução do mesmo. Também não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários por parte da licitante, ainda que tenha executado correta e completamente os serviços, sob a alegação de não ter considerado a incidência de quaisquer custos além daqueles discriminados na Planilha de Preços.

5.5.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 90 (noventa) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Entrega de documentação técnica e administrativa, a contratada deverá entregar à contratante, até a data de encerramento:

5.7.1.1. Histórico de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, incluindo datas, serviços realizados e peças substituídas.

5.7.1.2. Relatórios de inspeção e testes de segurança realizados durante a vigência contratual.

5.7.1.3. Certificados de conformidade e ARTs, caso a contratante ache pertinente.

5.7.2. Realização de um relatório de inspeção final confeccionado pela contratante e entregue à contratada, para verificação das condições de funcionamento dos elevadores e confirmação de que não há pendências técnicas ou administrativas.

5.7.3. Regularização de pendências, caso sejam identificadas pendências no relatório de inspeção final, a contratada deverá saná-las antes da data de encerramento, sem ônus adicional para a contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa disponível para comunicação com a equipe de fiscalização 24 horas por dia.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.21. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.24. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.25. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.26. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.27. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.28 receber e dar encaminhamento imediato:

6.28.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.28.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(*dez*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/11/2025, conforme planilha de preços elaborada.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.
- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.8. Às seguintes infrações são atribuídos graus, com multas de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Utilizar as dependências da Universidade e seus imóveis para fins diversos do objeto do Contrato, por ocorrência.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, não uniformizado, sem crachá ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por ocorrência;	3
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência;	2
6	Atrasar, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, a entrega do Plano de Manutenção, conforme previsto neste Termo de Referência.	2
7	Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Empregar em serviço executado materiais em desacordo com as especificações do Termo de Referência, normas técnicas ou com o bom padrão de acabamento e qualidade	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
9	Cumprir determinações formais da FISCALIZAÇÃO, inclusive para o fornecimento e atualização tempestivos de dados e informações, a execução de serviços entre outros, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	3
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
12	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
13	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato, por serviço, por ocorrência.	2
14	Apresentar as ART referentes aos serviços objeto desta contratação conforme previsto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO.	2
15	Designar preposto e Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s) por escrito, indicando número de telefone e endereço de e-mail para contato direto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO.	2
16	Manter a documentação de habilitação atualizada e as condições que ensejaram a contratação, durante toda a vigência do Contrato, por item, por ocorrência	1
17	Readequar, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos em Contrato, o Plano de Manutenção rejeitado pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste Termo de Referência, por ocorrência e por dia.	2
18	Entregar tempestivamente esclarecimentos formais solicitados pela FISCALIZAÇÃO, para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise do faturamento mensal.	2
19	Cumprir prazo para atendimento às solicitações nos casos determinados no item 5.1.22.22.2 deste Termo de Referência, para cada 15 minutos excedentes	2
20	Cumprir prazo para atendimento às solicitações nos casos determinados no item 5.1.22.22.2 deste Termo de Referência, para cada 30 minutos excedentes	2
21	Cumprir prazo para atendimento às solicitações nos casos determinados no item 5.1.22.22.3 deste Termo de Referência, para cada dia excedente	2
22	Cumprir atividade do Plano de Manutenção, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO.	4
23	Fornecer prontamente EPIs e EPCs, quando exigido, aos seus empregados ou de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado, por ocorrência	2
24	Apresentar ordem de serviço a cada visita técnica, por ocorrência.	2
25	Substituir material no período de garantia no prazo arbitrado pela FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	3

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (CREA - DF), em plena validade;

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; a empresa deve comprovar experiência em manutenção de 45 elevadores, dos quais pelo menos um hidráulico, uma plataforma inclinada, 6 elevadores com 8 paradas, no período de um ano.

9.34.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no Distrito Federal, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.37. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.37.1. Para o Engenheiro Mecânico: serviços de manutenção em elevadores e plataformas.

9.37.2. Para os Técnicos em Manutenção: serviços de manutenção em elevadores e plataformas.

9.37.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 666.000,00 (seiscentos e sessenta e seis mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/unidade: 26271/154040/15257 - FUB;
- II - Fonte de recursos: Fonte de Recursos do Tesouro e Próprios;
- III - Programa de trabalho: 170136;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília - DF, 14 de março de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

DESCONSIDERAR

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO A

ANEXO A

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR DE DESEMPENHO E QUALIDADE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Medir o desempenho da contratada na execução do serviço
Meta a cumprir	100% (cem por cento) das demandas solicitadas executadas com observância da qualidade exigida.
Instrumento de medição	Relatório de fiscalização e Tabela "Fatores de Avaliação"
Forma de acompanhamento	Documentos relativos à execução contratual e fiscalização UnB.
Periodicidade	Por demanda
Mecanismo de Cálculo	Será verificada pontuação alcançada na tabela de avaliação, de acordo com a quantidade de ocorrências.
Início da Vigência	30 dias após assinatura do contrato
Resultado da análise da Tabela de Avaliação	<div>Sem ocorrências = 15 Pontos</div> <div>1 a 2 ocorrências = 12 Pontos</div> <div>3 a 4 ocorrências = 9 Pontos</div> <div>5 ocorrências = 6 Pontos</div> <div>6 ocorrências = 3 Pontos</div> <div>7 ocorrências = 1 Ponto</div> <div>8 ou mais ocorrências = 0 Pontos</div>
Pontuação Final	<div>12 a 15 pontos = 100% do valor previsto</div> <div>9 a 11 pontos = 97% do valor previsto</div> <div>6 a 8 pontos = 95% do valor previsto</div> <div>3 a 5 pontos = 93% do valor previsto</div> <div>1 a 2 pontos = 90% do valor previsto</div> <div>0 pontos = 85% do valor previsto</div>

Fatores de avaliação

Item	Descrição
1	Deixar de prestar esclarecimentos, prestar informações imprecisas ou incompletas à Contratante, por ocorrência.
2	Não cumprir determinações e notificações da Fiscalização sem motivo justificado.
3	Deixar de cumprir com obrigação contratual estabelecida.
4	Não executar práticas de sustentabilidade e limpeza do local de trabalho, durante e após a execução a execução dos serviços.
5	Não cumprimento de prazos sem motivo justificado, conforme estabelecido em contrato.
6	Realizar serviço sem observar as normas de higiene e segurança do trabalho, inclusive no que se relaciona ao uso de equipamentos de proteção individual ou coletivo.
7	Causar situações perigosas às pessoas e ao patrimônio

16. ANEXO B

ANEXO B

ROTINAS DE MANUTENÇÃO MÍNIMAS

As rotinas descritas aqui podem ser ajustadas, incluindo mudanças na periodicidade ou nas atividades realizadas, conforme critério da fiscalização.

Todos os equipamentos devem passar por verificação mensal, no mínimo.

As rotinas estabelecidas têm como propósito verificar, testar e corrigir os itens envolvidos na operação dos elevadores e plataformas. Tudo deve ser mantido em perfeito estado de conservação, operação, limpeza, fixação.

O objetivo é assegurar o funcionamento adequado e a boa apresentação de todos os componentes dos elevadores e plataformas, mantendo-os em conformidade com as especificações dos fabricantes, normas técnicas e boas práticas do setor, de forma a garantir segurança aos usuários e patrimônio público, preservação dos equipamentos e boa apresentação visual.

A contratada, por ser a responsável e especialista em manutenção de elevadores e plataformas, deve utilizar todos os recursos, meios e conhecimento necessários para garantir a operação segura e eficiente dos equipamentos, devendo propor alterações neste plano, que serão implementadas a critério da fiscalização.

A ausência de alguma rotina específica neste documento não isenta a contratada de realizá-la, caso seja relevante para a operação segura e confortável dos elevadores e plataformas.

A contratada deverá manter em perfeito estado tudo o que engloba a operação dos elevadores, a partir da sua alimentação elétrica: Quadros de força, comando, casa de máquinas, cabina, limpeza da caixa de corridas, bem como, alertar a fiscalização sobre qualquer situação predial de infra estrutura ou operacional que impacte na operação de elevadores e plataformas.

ROTINA DAS ATIVIDADES DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA
ELEVADORES E PLATAFORMAS VERTICAIS

A. CABINA INTERNA

A.1. Painel de Operação

- arranhões, amassados, parafusos de fixação e indicadores de direção e posição;
- botoeiras
- botões abre-porta (AP), fecha-porta (FP) e Alarme (AL) se estão funcionando corretamente.
- acabamentos

A.2. Interfone ou intercomunicador:

- verificar funcionamento na cabina e portaria.

A.3. Iluminação, subteto e ventilador:

- verificar o funcionamento das lâmpadas, funcionamento do ventilador, fixação e limpeza do subteto.

A.4. Painéis de acabamento, frisos e piso:

- se estão fixados, sem riscos e amassados, se existem placas indicativas como: “Não Fume”, “Assistência Técnica da Empresa Responsável pela Manutenção”, “Modelo do Elevador” e “Capacidade”.
- limpeza interna

A.5. Guarda-Corpo e Espelho.

A.6. Portas, corrediças e réguas de segurança:

- portas das cabinas: funcionamento e fixação quebram, riscos, amassados e falta de parafusos.
- alinhamento, operação de abertura e fechamento, atuação dos sistemas de segurança, ruídos, vibrações e folgas.

A.7. Indicador:

- indicador quebrado, mal fixado, com setas soltas, segmentos ou lâmpadas queimadas.

A.8. Comandos cabineiro, ventilador e banquetas:

- funcionamento do manual/automático, comando de lotado, ventilador e banquetas.

A.9. Sistema de Circuito Interno de TV

- CFTV
- verificar funcionamento da câmera instalada no interior da cabina do elevador e o controle do vídeo localizado na Portaria do Prédio, para efetivo monitoramento do sistema.

B. PAVIMENTO

B.1. Botoeiras e indicadores:

- indicadores, operação, luzes, sinalização, orientações aos usuários quanto à destinação dos equipamentos, contatos da empresa de manutenção.

B.2. Portas e Soleiras (PAV/CAB):

- fixação e amassados de soleira de pavimento, ferragens, borrachas, ilhós e puxadores. Limpar a parte inferior da soleira da cabina.

B.3. Aceleração / Desaceleração e Nivelamento:

- nivelamento do elevador em subida e descida, parada e existência de ruídos;

- limitadores de velocidade

- a aceleração e a desaceleração serão medidas pelo conforto (suavidade) sentido pelo técnico na parada do elevador.

B.4. Fechos eletromecânicos:

- verificar perfeita operação

B.5. Fechos hidráulicos:

- fixação de fechos, espelhos e tampas, e existência de vazamentos;

- regulagens

C. CASA DE MÁQUINAS:

C.1. Proteções e conexões (Painel de força e comando), chaves de Força, disjuntores fusíveis, contadores, aperto de terminais, isolamento de cabos, limpeza e organização dos quadros:

- reapertar fiações em geral;

- condições da fiação de força que alimenta o quadro, quanto à isolamento e estado dos condutores;

- aquecimento e oxidação em cabos e terminais e placas;

- condições dos fusíveis e seus engates;

- não podem estar curto-circuitados;

- funcionamento mecânico (manualmente);

- se a corrente de operação está em conformidade com os parâmetros normais de operação;

- proceder ao aperto dos fusíveis.

C.2. Quadro de Comando:

- reapertar fiações em geral;

- verificar desgaste dos contatos das chaves contadoras, fixação dos relés, módulos eletrônicos e conexões das chaves e transformadores;

- retirar excesso de poeira com pincel.

C.3. Bateria e fonte de luz de emergência:

- funcionamento (desligar o disjuntor de iluminação da cabina) e nível de água da bateria.

C.4. Máquina e cabos de tração da cabina e contrapeso:

- nível do óleo da máquina e vazamentos em vedações;

- verificar o nível de óleo no coletor (se estiver cheio propor troca do retentor) e esvaziar a caixa;

- ruídos e desgaste nos rolamentos / buchas, na coroa sem-fim e acoplamento;

- existência de desgaste, oxidação e danos em cabos e polias;

- garantir perfeito funcionamento do sistema de tração;

- existência de cabos rompidos;

- sistemas de parafuso sem fim ou outros tipos de acionamento. Tudo deve estar em perfeito estado de funcionamento, limpeza, proteção, lubrificação, sem ruídos ou vibrações.

C.5. Unidade hidráulica ou pneumática.

- verificar vazamentos, conexões (hidráulicas, pneumáticas, elétricas), nível do óleo, pressões, funcionamentos de válvulas e atuadores e outros dispositivos.

C.6. Motor:

- lubrificação dos mancais do motor;
- lubrificar graxas;
- desgaste das borrachas e ruído no acoplamento do motor.

C.7. Trocador de calor:

- verificar funcionamento, existência de vazamentos e limpar.

C.8. Freios:

- verificar manualmente o êmbolo e a regulagem dos contatos e lonas;
- limpeza, lubrificação e proteção das partes móveis;
- ajustar freios eletromecânicos;
- verificar a regulagem dos contatos.

C.9. Regulador de velocidade:

- desgaste da polia cabos, perfeita atuação e operação dos dispositivos;
- com o carro em movimento, verificar ruído, o funcionamento das peças móveis e contatos elétricos (verificação manual);
- limpar e lubrificar (não lubrificar a borracha).

C.10. Intercomunicador:

- verificar o funcionamento dos aparelhos da cabina, da sala de controle e da casa de máquinas.

D. CABINA SUPERIOR:

D.1. Porta e contato de emergência:

- funcionamento do contato de segurança.

D.2. Corrediça superior, suspensão dos cabos de tração, chaves de indução:

- estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga entre as guias;
- lubrificar as graxas e limpar;
- tensionamento manual, fixações, porcas e contra-porcas, cupilhas, distanciadores de cabos e ruídos (batidas) entre os chumbadores.

D.3. Aparelhos de segurança:

- analisar o estado dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente e limpar.

D.4. Operador de portas:

- analisar as condições (tensão e desgaste) das correntes, correia e cabo de ação;
- analisar o desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético;
- ajustar a caixa-de-came, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos.

D.5. Teto / Estrutura:

- Limpar.

E. CAIXA DE CORRIDA:

E.1. Polia de Desvio:

- fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.

E.2. Limites superiores:

- verificar limpeza, fixação, lubrificação, posição de acionamento na rampa e acionamento manual.

E.3. Guias de suportes:

- verificar limpeza e lubrificação de suportes e guias;
- corredeiras de nylon: limpar e lubrificar semestralmente;
- corredeira de rolo: limpar semestralmente.

E.4. Cabos de manobra e fiações:

- verificar as condições da fiação elétrica e cabos de manobra na caixa de corrida, observando se não há linhas rompidas, oxidações em bornes, obstrução e posição.

E.5. Portas de pavimento e fecho eletro-mecânico:

- avaliar se está em perfeita operação;
- avaliar a limpeza e a lubrificação de todos os dispositivos;
- limpar conjunto / fechamento;
- interromper manualmente o circuito do trinco, acionando o braço do trinco ou dispositivo de arraste (o elevador deve parar). Ajustar fecho eletromecânico;
- reapertar fiações, conexões elétricas e braço acionador.

E.6. Contrapeso:

- avaliar fixação dos pesos, verificar empenamento da estrutura em direção às guias e estado das corredeiras;
- verificar separador, fixação e estado dos cabos.
- limpar a estrutura.

E.7. Pistão:

- verificar vazamentos, fixação dos suportes dos pistões e conexões.

E.8. Mangueiras:

- verificar vazamentos estado de operação, integridade.

E.9. Limitador de redução na descida:

- realizar limpeza, lubrificação, fixação e acionamento (manual e com a rampa).

F. POÇO:

F.1. Limites inferiores:

- limpeza, fixação, lubrificação e acionamento (manual).

F.2. Corrediça inferior:

- avaliar estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga entre as guias
- limpar e lubrificar as graxas.

F.3. Aparelho de segurança, cabo/corrente compensação e cornija:

- fixação dos cabos/correntes de compensação e cabo de manobra;
- limpar a cornija.

F.4. Pára-choque:

- verificar a capa, o nível do óleo, a fixação e funcionamento do pistão hidráulico e acionamento do contato elétrico (manualmente);
- limpar.

F.5. Polia, cabos e corrente de compensação:

- verificar desgaste dos canais da polia, lubrificação, funcionamento e posição dos contatos elétricos e limpar;
- verificar desgaste dos cabos e correntes de compensação, equalização e alongamento;
- fixação do suporte de desvio da corrente de compensação;
- lubrificar guias da polia de compensação.

F.6. Polia tensora:

- fixação junto à guia, acionamento do contato elétrico (quando houver);
- alinhamento da polia, do braço e do suporte, distância do peso ao piso;
- tensão do cabo;
- limpar e lubrificar eixos, polias, engrenagens.

F.7. Deslize do contrapeso:

- verificar todos os dispositivos relacionados aos contrapesos. Limpeza, lubrificação, integridade, operação, oxidação.

F.8. Fundo do poço:

- limpar.

Observação: Deverá ser desligado o elevador e notificado o Administrador do Prédio pelo técnico-plantonista, nas seguintes situações:

- Deficiência na alimentação elétrica do prédio;
- Falta de aterramento no quadro de força, na casa de máquinas, ou ligações elétricas estranhas ao equipamento.
- Cabos de aço com perna rompida;
- Contrapeso encostado na mola;
- Situações que não garantam o funcionamento seguro do elevador.

PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS INCLINADAS

1. Limpeza geral;
2. Verificar ruídos anormais;
3. Verificar voltagem e amperagem;
4. Verificar botoeiras, interruptores e fusíveis;
5. Verificar a perfeita operação, inclusive de todos os dispositivos de segurança.
6. Verificar se as instruções de operação estão visíveis e legíveis.
7. Verificar se a posição de parada nos pisos no final do percurso corresponde a desejada;
8. Verificar se os dentes do pinhão de tração das rodas de deslizamento das máquinas estão desgastados ou deteriorados;
9. Realizar limpeza e lubrificação das guias;
10. Verificar as peças móveis, elementos de proteção, etiquetas e placas de informação;
11. Verificar o correto funcionamento dos comandos efetuando teste geral relativo a todas as funções de bordo;
12. Comprovar que não tenham sido efetuadas alterações ou modificações na instalação;
13. Botoeiras de piso - controlar seu funcionamento corretamente; e
14. Instalação elétrica - Controlar o correto funcionamento de todos os componentes elétricos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA MARCIA COUTINHO GURJAO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 13:03:36.

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

ROBINSON VELLOSO NETO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:53:40.

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

RICARDO RIOS DE SOUZA MOREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 15:23:18.

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

PAULO MEIRA LIMA MATTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:59:49.

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

RODRIGO NUNES ENDRES

Membro da comissão de contratação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Estudo Técnico Preliminar 358/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23106.023140/2024-59

2. Descrição da necessidade

Os elevadores, as plataformas e os monta-cargas são equipamentos fundamentais para a circulação de pessoas e materiais nas edificações localizadas nos campi da UnB e nos edifícios residenciais e comerciais de propriedade da FUB, especialmente necessários para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o serviço de manutenção desses equipamentos, instalados nos imóveis pertencentes à Fundação Universidade de Brasília, é fundamental para manter a segurança dos usuários e o bom funcionamento das atividades, a fim de garantir a circulação de servidores, de público e de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Com o uso intensivo, torna-se imprescindível a manutenção preventiva dos equipamentos para que esses mantenham-se em condições de uso, evitando o desgaste de seus componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos. Assim como, ocasionalmente, podem ocorrer falhas no seu funcionamento, fazendo-se necessária a manutenção corretiva, incluso nesta o fornecimento de peças e acessórios básicos originais, e o atendimento aos chamados emergenciais de resgate.

A manutenção visa também conservar os equipamentos, os quais são bens públicos, prolongando sua vida útil e preservando o patrimônio da Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Patrimônio Imobiliário	Cláudia Márcia Coutinho Gurjão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- O serviço deverá ser executado por empresa que disponha de mão de obra especializada, com a utilização de peças originais e equipamentos específicos, visando a realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho a que os equipamentos são submetidos.
- A empresa deverá assumir inteira responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e atendimento emergencial, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência.
- Substituir, às suas expensas, as peças em que for detectado defeito durante o prazo estipulado no contrato, bem como toda e qualquer peça necessária, durante a realização da manutenção dos elevadores.
- Não fazem parte da cobertura os materiais cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da empresa.
- Para que se previna má utilização e similares, a empresa contratada deverá afixar em todos os elevadores /plataformas/monta-cargas indicativo de capacidade máxima tolerável (em kgf/passageiros, conforme o caso), bem como a destinação dos elevadores/plataformas/monta-cargas quando em utilização especial (plataforma para portadores de necessidades especiais por exemplo) bem como a necessidade de se verificar a presença do elevador/plataforma antes de se adentrar a ele, conforme NM 207.

6. A empresa será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências dos imóveis da Universidade.
7. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a empresa, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.
8. A empresa deverá designar Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução, obrigatoriamente detentor (es) de acervo técnico comprovado pelos atestados na licitação.
9. Esse(s) profissional(is) deverá(ão) assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços;
10. A substituição de qualquer Responsável Técnico da empresa dependerá da concordância formal do gestor do contrato quanto ao profissional substituto, que deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas na habilitação da empresa;
11. Na prestação dos serviços, a empresa deverá providenciar e contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado.
12. Os funcionários da empresa incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), sendo remunerados única e exclusivamente pela empresa e a ela vinculados;
13. A empresa deve realizar as operações de manutenção por meio de profissionais de manutenção competentes, treinados e vinculados à empresa, providos de instruções necessárias para realizar de forma segura as operações de requeridas, e deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.
14. Os profissionais da empresa deverão obrigatoriamente utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) exigidos pela legislação e adequados às suas atividades, bem como estar permanente identificados e devidamente trajados de forma condizente com sua circulação nos ambientes da FUB, desenvolvendo suas atividades devidamente uniformizados.
15. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da empresa, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.
16. A empresa designará formalmente um preposto para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro ("Dos Prepostos"), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis;
17. Deverá ser demonstrada a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.).
18. A empresa deverá registrar, no prazo máximo de 7 (sete) dias da assinatura do contrato, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica pelos serviços objeto dessa contratação.
19. Quando da troca de Responsável Técnico, a empresa providenciará o registro, junto ao CREA, de nova Anotação de
20. Responsabilidade Técnica (A.R.T.), conforme disciplina a Resolução nº 307/1986-CONFEA.
21. A empresa deverá apresentar listagem dos profissionais que atenderão à Universidade quando da abertura de chamados para manutenção corretiva e dos serviços de manutenção preventiva. Na referida lista devem constar os nomes dos profissionais, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e ocupação.
22. A empresa responsabilizar-se-á pelo planejamento, controle e transporte de materiais e equipamentos próprios a serem utilizados na execução dos serviços contratados, de forma a cumprir os prazos fixados no Termo de Referência e em seus anexos;
23. A empresa deverá dispor de todos os materiais e equipamentos necessários à elaboração dos serviços especificados no Termo de Referência e em seus anexos;
24. A empresa não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramenta, instrumento ou equipamento de trabalho.
25. A FUB poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto. Em todos os casos, a Universidade compromete-se a consultar previamente a empresa para eventual adequação técnica ou contratual.
26. A empresa deverá disponibilizar endereço de correio eletrônico que servirá de canal de comunicação para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber chamados 24 horas por dia, todos os dias do ano.

27. Os preços unitários a serem propostos pela licitante deverão englobar, para todos os itens da Planilha de Preços, os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, aluguel de todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à correta execução dos serviços, inclusive de terceiros, ainda que não discriminados, fretes e carretos, bem como quaisquer perdas de material.
28. Para cada item da Planilha de Preços, o preço unitário proposto deverá considerar a execução completa do serviço
29. correspondente, de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a execução dos serviços de forma parcial ou em desacordo com o Termo de Referência, sob o argumento de não ter sido considerado o custo relativo a qualquer parcela necessária à completa e à correta execução do mesmo. Também não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários por parte da licitante, ainda que tenha executado correta e completamente os serviços, sob a alegação de não ter considerado a incidência de quaisquer custos além daqueles discriminados na Planilha de Preços.
30. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.
31. O critério de julgamento da proposta será o de menor preço global para o grupo de itens, visto que foi possível definir previamente, no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.
32. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
33. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
34. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
35. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
36. De modo específico, a CONTRATADA poderá subcontratar as seguintes partes do objeto (total ou parcialmente):
37. Serviços em motores, geradores, bombas, polias, cabos, portas metálicas e estrutura de cabina; e
38. Serviços especializados excepcionais, mediante autorização da Fiscalização.
39. A subcontratação não exime a responsabilidade técnica e legal da CONTRATADA, que será integralmente responsável pelos equipamentos, materiais ou serviços fornecidos ou prestados, pelos danos ou por quaisquer outros aspectos decorrentes da subcontratação, inclusive de ordem legal e trabalhista.
40. Para fins de cumprimento dos prazos, sugere-se que a empresa solicite o mais breve possível à Fiscalização as eventuais autorizações para subcontratação.
41. A contratação possui a característica de serviço continuado de engenharia, pois se constitui em uma necessidade permanente da Administração Pública, por mais de um exercício financeiro, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo ao trânsito de funcionários, de alunos, de moradores e de carga na Universidade, e de comprometimento da prestação de serviço público e da missão institucional.
42. O caráter continuado também se manifesta pelo fato de que o serviço de manutenção de elevador não é passível de divisão ou segmentação ao longo do tempo, e sim posto à disposição de forma permanente, em regime de sobreaviso ou prontidão.
43. Porém, o serviço a ser contratado não exige dedicação exclusiva de mão-de-obra dos trabalhadores da empresa, pois a manutenção de elevadores possui um plano de manutenção com rotinas e periodicidade bem definidas, sendo desnecessária a presença contínua de um técnico especializado nas dependências onde se localiza o elevador. Desta forma, a empresa será a responsável por prover todos os meios necessários a perfeita consecução dos serviços de manutenção.
44. O serviço de manutenção pode ser enquadrado na categoria de serviço comum de engenharia, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado e planos de manutenção recomendados pelo fabricante, de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar.
45. O serviço está compreendido dentre as atividades preferencialmente terceirizáveis previstas na Portaria nº 443 /2018, que regulamenta o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.
46. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de manutenção ora especificados serão descartados pela empresa conforme a legislação ambiental Distrital e Federal.
47. Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A FISCALIZAÇÃO deve ser informada com

antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela empresa para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

48. Correrá por conta da empresa o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

5. Levantamento de Mercado

1. Foram analisadas contratações similares em outras entidades e em órgãos da Administração Pública;
2. Pesquisa junto a fornecedores sobre os preços e sobre as alternativas que o mercado oferece para atender a necessidade de modernização de elevadores
3. Não foi possível achar contratações semelhantes tanto em número de equipamentos quanto em diversidade de equipamentos.

6. Descrição da solução como um todo

1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
2. Às disposições legais da União e dos Governos das Unidades da Federação em que são prestados os serviços;
3. Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
4. Às normas técnicas mais recentes da ABNT
5. Instruções técnicas do INMETRO;
6. Outras normas relacionadas.
7. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
8. Às práticas SEAP (disponíveis em: www.comprasnet.gov.br/Publicações/Manuais/Obras Públicas – Edificações – Práticas);
9. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho:
10. A execução da Manutenção Preventiva seguirá o Plano de Manutenção elaborado pela empresa e aceito pela fiscalização. No prazo compreendido entre o início dos serviços e a efetiva aprovação do Plano de Manutenção, a empresa deverá seguir as Rotinas de Manutenção Mínimas definidas no Termo de Referência.
11. A empresa deverá assumir inteira responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e atendimento emergencial, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência:
12. A empresa deve prover serviço de resgate de pessoas 24 horas por dia, todos os dias do ano.
13. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, partes, componentes e acessórios dos respectivos fabricantes, necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos objeto desta contratação e à conservação de seu estado.
14. As peças, componentes e acessórios devem preferencialmente ser genuínos dos respectivos fabricantes.
15. Caso o fabricante tenha descontinuado sua produção, devem ser usados peças, componentes e acessórios similares e novos.
16. Um eventual recondicionamento, caso se comprove a inexistência de originais ou similares no mercado, deve ser aprovado pela fiscalização.
17. Não fazem parte da cobertura os materiais cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de mau uso, vandalismo, ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da empresa.
18. Toda informação de natureza técnica deverá ser prestada diretamente pelo responsável técnico.
19. A contratada deverá ser capaz de prestar qualquer informação relativa à execução do contrato no prazo máximo de 24 horas. Em casos de emergência, as informações deverão ser prestadas imediatamente. A depender do caso, o prazo poderá ser flexibilizado a critério da fiscalização
20. As informações prestadas pela contratada deverão ter embasamento técnico, e suportadas por imagens, orçamentos, manuais, normas e outros documentos, conforme o caso.
21. O responsável técnico deve estar à disposição da contratante para esclarecimentos, que devem ser prestados por telefone, e-mail, aplicativo instantâneo de mensagens (WhatsApp), ou ainda, presencialmente nas dependências da contratada quando solicitado pela fiscalização.

22. A contratada deverá disponibilizar pessoal qualificado sempre que necessário para abrir caixas de corrida, inspeções e movimentação de elevadores quando necessário, inclusive para viabilizar a manutenção predial.
23. A empresa é responsável pelo cumprimento de todas as normas vigentes, inclusive as de higiene e segurança do trabalho, e será penalizada em caso de não observação das normas, legislações e boas práticas vigentes.
24. A contratada é responsável por toda a comunicação visual necessária para garantir a operação correta e segura, incluindo a capacidade máxima de carga, número de passageiros, destinação do equipamento (preferencial, exclusivo, privativo) e telefones para manutenção ou emergência. As informações devem ser destacadas, legíveis e fixadas em local visível e conveniente. Os telefones da contratada devem ser fixados tanto nas cabines quanto nas portas de pavimento.
25. A contratada deve fornecer todas as informações e orientações necessárias sobre o uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs) para todas as atividades relacionadas ao contrato.
26. A contratada é responsável por manter todos os equipamentos em plenas condições de operação segura, durante toda a vigência do contrato, e para isso deve usar todos os recursos de manutenção disponíveis bem como solicitar providências da contratante para as situações que extrapolem o objeto da contratação, mas que interfiram na operação dos equipamentos conforme normativos e boas práticas vigentes
27. A manutenção preventiva deverá ser executada nos dias indicados no Plano de Manutenção aprovado pela fiscalização, no horário de expediente da Universidade.
28. A manutenção preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da Universidade, desde que a empresa solicite previamente à fiscalização e o pleito seja aprovado.
29. A empresa deve apresentar à fiscalização as rotinas e periodicidades que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e a segurança dos usuários.
30. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela fiscalização.
31. O plano de manutenção deve ser elaborado pelo responsável técnico pelos serviços e deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data de emissão da Ordem de Serviço, para aprovação da fiscalização.
32. O Plano de Manutenção a ser apresentado deverá conter no mínimo as rotinas estabelecidas no Termo de Referência.
33. Quaisquer rotinas estabelecidas no Termo de Referência que não constem do Plano de Manutenção deverão ser objeto de justificativa apresentada pela empresa.
34. Sempre que for necessário atualizar o plano de manutenção, a empresa deverá informar e apresentá-lo à fiscalização.
35. A empresa deve adaptar o plano de manutenção para que se considerem falhas previsíveis, como aquelas devido ao tempo de uso, deterioração, etc.
36. O plano de manutenção precisa ser adaptado à instalação para otimizar os tempos de intervenção, garantindo sempre a segurança dos usuários e reduzindo ao mínimo possível os períodos de inatividade do equipamento.
37. Qualquer serviço adicional ou com periodicidade mais favorável à Universidade poderá ser adicionado ao plano de manutenção, a critério da fiscalização, e isto não implicará em qualquer custo adicional para a contratante .
38. As alterações do Plano de Manutenção solicitadas pela fiscalização deverão ser implementadas pela empresa em até 7 (sete) dias corridos da confirmação de recebimento da correspondência do Contratante pela empresa.
39. Qualquer serviço adicional ou com periodicidade mais favorável à Universidade poderá ser executado e isto não implicará em qualquer custo adicional para a Fundação.
40. Deverá ser emitida mensalmente no mínimo uma Ordem de Serviço específica para as rotinas de manutenção preventiva previstas no Plano de Manutenção aprovado pela fiscalização para cada equipamento.
41. Cada Ordem de Serviço deve necessariamente ser acompanhada de *check-list* contendo todas as rotinas de manutenção efetivamente realizadas.
42. As Ordens de Serviço devem ser atestadas pela fiscalização.
43. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores, plataformas elevatórias e monta-cargas objeto desta contratação, ou quando requerida pela fiscalização.
44. A manutenção corretiva deve ser solicitada por telefone, utilizando o contato disponibilizado pela empresa. Após a solicitação, será gerada uma ordem de serviço, cuja conclusão deverá ser confirmada pelo solicitante ou por outro servidor autorizado. É importante destacar que o ateste do usuário

- apenas comprova que a empresa informou a finalização do serviço, não significando aprovação técnica ou operacional do equipamento.
45. Ao término de cada serviço de manutenção corretiva, o(s) profissional(is) que executaram a atividade, deverá(ão) apresentar o referido registro/ordem de serviço ao responsável indicado pela fiscalização que deverá receber uma via do documento.
 46. Ainda que os reparos não possam ser concluídos no dia da visita/abertura do chamado, seja por falta de peça ou por outra razão qualquer, a empresa deverá realizar o registro e apresentá-lo ao responsável indicado pela fiscalização que deverá receber uma via do documento.
 47. Deverá ser realizada a manutenção corretiva com substituição de peças toda vez que houver solicitação do fiscal do contrato.
 48. Devem ser observados os seguintes limites:
 49. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabina, o prazo máximo para início de atendimento, deverá ser de 30 (trinta) minutos, o qual deverá ser atendido a qualquer momento, inclusive domingos e feriados, sem ônus adicionais à FUB;
 50. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 3 (três) horas;
 51. No caso de mais de um elevador ou plataforma de um mesmo prédio encontrarem-se parados, ou caso a edificação conte com apenas um equipamento para acessibilidade, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 1 (uma) hora.
 52. Em qualquer dos casos, a empresa fica obrigada a colocar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
 53. A empresa se obriga a executar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE (inclusive quanto ao fornecimento de materiais), manobras, reparo, substituições e restaurações.
 54. Em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou aquisição, mediante justificativa escrita assinada pelo responsável técnico e aceita pela fiscalização do contrato, o prazo estabelecido poderá ser dilatado para até 7 (sete) dias corridos, contados da abertura do chamado.
 55. Em caso de atraso devido a motivos de caso fortuito ou força maior, a empresa deverá enviar imediatamente uma justificativa detalhada, explicando a indisponibilidade de peças ou a impossibilidade de realizar o serviço no prazo. A fiscalização analisará o documento e emitirá um parecer, aprovando ou reprovando a justificativa apresentada.
 56. Caso a empresa não cumpra os prazos estabelecidos, a Universidade fica autorizada a contratar terceiros para a execução do serviço, com todos os custos sendo cobrados da empresa contratada originalmente. Esta medida não invalida as garantias dos equipamentos e materiais fornecidos, além de preservar o direito da Universidade de aplicar as penalidades contratualmente previstas
 57. A empresa deverá instalar placas no interior de todas as cabinas e em cada porta de pavimento, seguindo rigorosamente o modelo, formatação e design previamente aprovados pela Fiscalização. Essas placas devem conter obrigatoriamente o nome da empresa responsável pela manutenção e um número de telefone para contato em casos de emergência ou abertura de chamados técnicos .
 58. Os serviços de resgate deverão receber chamados telefônicos dos usuários ou da fiscalização, registrá-los e apresentar em seu relatório de serviços.
 59. A empresa deverá, portanto, disponibilizar um número de telefone para abertura de chamados quando do início da prestação dos serviços.
 60. A empresa deve manter registro dos resultados de cada intervenção e enviar, imediatamente, por e-mail (ou outro meio definido pela fiscalização) a abertura e os resultados de cada intervenção corretiva ou resgate. Esses registros devem conter:
 61. Identificação do elevador;
 62. Identificação do funcionário responsável pela execução dos serviços;
 63. Data e horário de abertura do chamado;
 64. Data e horário de encerramento/solução do chamado;
 65. Tempo em indisponibilidade do elevador, considerado a partir da abertura do chamado;
 66. Informação do status da ocorrência (se o equipamento ficou fora de funcionamento ou não);
 67. Se havia passageiros presos.
 68. Descrição da ocorrência indicando os itens verificados, as correções realizadas e se houve substituição de peças; e outras informações que a empresa julgar pertinente, de forma legível, fácil compreensão e nível de detalhamento adequado.
 69. Deverá ser apresentado mensalmente relatório de manutenção para os equipamentos – elevadores, monta-cargas e plataformas elevatórias – objeto desta contratação que contemple as atividades realizadas no período. Deverá conter inclusive:

70. Detalhamento dos serviços de manutenção corretiva que tenham sido realizados no período, inclusive com datas, horário de atendimento e horários de início e término dos serviços;
71. Indicação detalhada dos componentes que tenham sido substituídos;
72. Proposição de alterações no Plano de Manutenção (sujeitas a aprovação por parte da fiscalização);
73. Indicação detalhada de intervenções ainda pendentes, com prazos para execução;
74. A execução das rotinas mensais de manutenção preventiva previstas no Plano de Manutenção em forma de Tabela resumida. Deverá conter, para cada equipamento as respectivas Ordens de Serviço específicas de manutenção preventiva e as datas da efetiva realização dos serviços.
75. Chamados acumulados nos últimos 12 meses, por equipamento.
76. Relatório fotográfico e explicativo das manutenções corretivas realizadas no mês.
77. O relatório deve incluir as ações de responsabilidade da contratante que possam afetar a execução do contrato de manutenção dos elevadores. Entre essas ações estão as adequações na infraestrutura predial, como: melhoria dos quadros elétricos, reforço da segurança na casa de máquinas e correção de infiltrações. Essas intervenções são necessárias para assegurar a proteção de pessoas e do patrimônio, o cumprimento das boas práticas de engenharia e a otimização da execução contratual.
78. As alterações aos Relatórios Mensais solicitadas pela fiscalização deverão ser implementadas pela empresa antes da emissão de qualquer documento fiscal.
79. A emissão dos documentos fiscais poderá ocorrer apenas após a aprovação pela fiscalização dos Relatórios, conforme Termo de Referência.
80. A empresa deverá manter um registro completo e organizado de todos os equipamentos, incluindo suas características técnicas e funcionais, histórico de manutenções preventivas e corretivas, além do registro de todos os chamados realizados. Essas informações deverão estar disponíveis de forma ágil e de fácil acesso para consulta quando necessário.
81. Essas informações deverão subsidiar a elaboração do relatório e cálculos dos indicadores exigidos no Termo de Referência.
82. Para fins de acompanhamento, a empresa deverá, ainda, apresentar, sempre que realizar atividades in loco uma cópia da ordem de serviço com o registro das informações da ocorrência.
83. Nessa ordem de serviço devem estar relacionados, no mínimo, os seguintes itens:
84. Seu número;
85. Nome do profissional que está executando os serviços;
86. Data e hora da abertura do chamado;
87. Data e hora da chegada do técnico ao local dos serviços;
88. Data e hora da conclusão dos serviços (recuperação do funcionamento do elevador);
89. Descrição das atividades executadas;
90. Peças substituídas;
91. Assinatura do profissional.
92. A empresa poderá ser sancionada com multa caso não apresente a documentação supramencionada a cada atendimento.
93. Todas as peças e serviços terão garantia mínima de 90 dias, contado a partir da data da intervenção. Se a peça substituta apresentar defeito durante este período, deverá ser reparada ou substituída, com reinício do prazo de garantia.
94. A empresa deverá datar e identificar os materiais novos para efeito de controle da garantia; e
95. O prazo de garantia será contado a partir da data de instalação dos materiais. Caso esses materiais não estejam datados ou identificados, será considerada como referência a data de fim do contrato ou, se identificado antes pela Fiscalização, a data em que for constatada a falta de registro
96. Durante o período de garantia, a empresa arcará com as despesas de serviços e materiais necessários ao restabelecimento do correto funcionamento dos equipamentos cobertos pelo contrato;
97. Quando estritamente necessário, a empresa removerá total ou parcialmente o objeto para reparo na assistência técnica autorizada, mediante autorização escrita da Universidade, devendo restituí-lo em perfeito estado de funcionamento, no prazo autorizado pela Universidade, que avaliará a situação caso a caso.
98. É importante ressaltar que é de total responsabilidade a manutenção do perfeito estado de funcionamento e conservação dos elevadores e plataformas, devendo sempre agir de maneira proativa de forma a evitar e corrigir folgas, vibrações, luzes queimadas, sinalização deteriorada, organização de cabos de força e comando dos equipamentos, vazamentos, enfim, tudo aquilo abarcado pelo escopo do contrato deve estar em perfeito estado de manutenção. A empresa não deve aguardar a solicitação da fiscalização para todas as correções, a partir do início do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. As quantidades a serem contratadas foram levantadas com base em visitas realizadas pela equipe de planejamento da contratação em todos os campi, edifícios residenciais e comerciais da Universidade de Brasília, nos quais encontram-se equipamentos em funcionamento atualmente.
2. Foram incluídos os equipamentos contemplados no contrato de manutenção vigente, além dos novos equipamentos instalados após as obras de construção realizadas nos Campi.
3. Foram contabilizados 168 equipamentos, conforme tabela abaixo, dentre eles 136 (cento e trinta e seis) elevadores, 25 (vinte e cinco) plataformas, 5 (cinco) plataformas inclinadas e 2 (dois) monta-cargas.

Campus	Edifício	Fabricante	Tipo	Capacidade (kg)	Quantidade
Darcy Ribeiro	Uleg - FM	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	275 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC -IE	MKB	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC -IE	MKB	Plataforma Inclinada	225 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC - FAC	MKB	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC - FAC	MKB	Plataforma Inclinada	225 kg	1
Darcy Ribeiro	FD	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	275 kg	1
Darcy Ribeiro	FEF	ATI (Previsão)	Plataforma Inclinada	200 kg	1
Darcy Ribeiro	FE -03	ATI	Plataforma Vertical	280 kg	1
Darcy Ribeiro	FEF	ATI	Plataforma Vertical	280 kg	1
Darcy Ribeiro	C-biotech	OTIS	Elevador	600kg	1
Darcy Ribeiro	UAS	Montele (Previsão)	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	IDA	ORBIT	Elevador	1000 kg	2
Darcy Ribeiro	TEATRO Helena Barcelos		Monta-carga		1
Darcy Ribeiro	TEATRO Helena Barcelos		Plataforma Vertical		1
Darcy Ribeiro	ICC bloco B	ATI	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	FAV	Atlas Schindler (Previsão)	Elevador	975kg	2

Darcy Ribeiro	LGC	Montele (Previsão)	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	CEU Bloco B	Schindler	Elevador	675 kg	1
Darcy Ribeiro	FD	Módulo	Elevador	300 kg	1
Darcy Ribeiro	Florestal	Otis	Elevador	420 kg	1
Darcy Ribeiro	IB Bloco A	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	IB Bloco G	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	IB Bloco H	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	IB Bloco I	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	BAES	Titã	Elevador	340 kg	1
Darcy Ribeiro	BCE	Wollk	Elevador	750 kg	1
Darcy Ribeiro	CEU Bloco A	Schindler	Elevador	675 kg	1
Darcy Ribeiro	CIC/EST	Montele	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	CPD	Montele	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	FS	Otis	Elevador	1500 kg	1
Darcy Ribeiro	IB Bloco E	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC Centro	AMG	Elevador	300 kg	1
Darcy Ribeiro	ICC Sul	AMG	Elevador	300 kg	1
Darcy		Thyssen			

Ribeiro	ICS	Krup	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	IPOL/IREL	Montele	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	Maloca	Titã	Elevador	225 kg	1
Darcy Ribeiro	BCE	GN1	Monta-carga	80 kg	1
Darcy Ribeiro	FCI	IESAB	Plataforma Vertical	325 kg	1
Darcy Ribeiro	FCI	UP Center	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	CDT	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	1
Darcy Ribeiro	Centro de Vivência Bloco A	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	CRAD	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	1
Darcy Ribeiro	BSAN	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	1
Darcy Ribeiro	CDT	Montele	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	CEU Bloco A	Vertical	Plataforma Vertical	225 kg	1
Darcy Ribeiro	CEU Bloco B	Vertical	Plataforma Vertical	225 kg	1
Darcy Ribeiro	ULEG-FS	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	ULEG-FT	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	250 kg	1
Darcy Ribeiro	Auditório FD	Thyssen Krupp	Plataforma inclinada	225 kg	1
Darcy Ribeiro	Auditório FS	Thyssen Krupp	Plataforma inclinada	225 kg	1
Darcy Ribeiro	CDS	INOVAT	Elevador	225 kg	1

Darcy Ribeiro	Memorial Darcy Ribeiro	-	Elevador	750 kg	1
Darcy Ribeiro	APOSFUB	Otis	Elevador	600 kg	1
Darcy Ribeiro	BSA Sul	Otis	Elevador	630 kg	2
Darcy Ribeiro	CAEP	Montele	Elevador	340 kg	2
Darcy Ribeiro	IQ	Otis	Elevador	450 kg	2
Darcy Ribeiro	Reitoria	Otis	Elevador	420 kg	2
Darcy Ribeiro	DIMEQ	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	2
Darcy Ribeiro	INFRA	-	Plataforma Vertical	250 kg	2
FCE	UED	Titã	Elevador	340 kg	1
FCE	UEP	Thyssen Krupp	Plataforma Vertical	250 kg	1
FGA	LDTEA	-	Elevador	600 kg	1
FGA	UAC	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	1
FGA	UED	Montele	Plataforma Vertical	275 kg	1
FUP	UAC	Montele	Elevador	275 kg	1
FUP	Alojamento	Montele	Elevador	275 kg	1
Darcy Ribeiro	Colina - Bloco E	Otis	Elevador	420 kg	8
Darcy Ribeiro	Colina - Bloco F	Otis	Elevador	420 kg	6
Darcy Ribeiro	Colina - Bloco G	Otis	Elevador	420 kg	8

Darcy Ribeiro	Colina - Bloco H	Otis	Elevador	420 kg	8
Darcy Ribeiro	Colina - Bloco I	Otis	Elevador	420 kg	6
Darcy Ribeiro	Colina - Bloco J	Otis	Elevador	420 kg	8
Setor Comercial Sul	Edifício Anápolis	Otis	Elevador	375 kg	2
Setor Comercial Sul	Edifício OK	Otis	Elevador	600 kg	2
SQN 109	Bloco I	Otis	Elevador	420 kg	4
SQN 109	Bloco J	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 205	Bloco C	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 205	Bloco H	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 205	Bloco L	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 206	Bloco A	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 206	Bloco F	Otis	Elevador	420 kg	6
SQN 206	Bloco K	Otis	Elevador	420 kg	6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.940.000,00

1. Buscou-se levar em consideração diversas licitações para manutenção de elevadores já que se trata de um objeto complexo que envolve a segurança e qualidade de vida de pessoas, desta forma, foi feita uma consulta juntamente a prestadores de serviço do ramo e também na ferramenta Banco de preços que possui filtros e ramificações de buscas que atendem as instruções normativas vigentes relacionadas às pesquisas de preços.
2. Como se trata de serviços bastante específicos e que exigem um maior detalhamento e conhecimento das características dos elevadores da Universidade de Brasília, foram enviadas solicitações de orçamentos com a quantidade, endereço, fabricantes e capacidades correspondentes a demanda da universidade.
3. A pesquisa de preços foi realizada no portal comprasnet, porém devido ao alto grau de variedade de tipo, fabricantes e capacidades não foram achadas contratações semelhantes.
4. Considerou-se então o preço da única cotação enviada pelos prestadores da região do DF que responderam ao pedido em junho de 2025.

5. O valor considerado foi de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarente e cinco mil reais) por mês, num montante anual de R\$ 2.940.000,00 (dois milhões novecentos e quarenta mil reais) a cada ano.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. São justificativas para o não parcelamento do objeto:
2. A execução dos serviços por uma mesma empresa implica em uma redução do número de contratos a serem geridos, garantindo também uma uniformidade e fluidez nos serviços.
3. Há grandes chances de se ter considerável ganho de escala com o não parcelamento do objeto, considerando a hipótese de uma só empresa mantenedora, visto que o custo desse serviço seria reduzido caso a mesma equipe pudesse, na mesma visita, executar a manutenção preventiva de quatro ou cinco equipamentos adjacentes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. O serviço de manutenção de elevadores consta no Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2028 UnB

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Segurança e proteção à vida das pessoas, incluindo moradores, servidores, usuários e residentes dos *campi* e imóveis da UnB;
2. Proteção contra responsabilidade civil por danos causados a pessoas;
3. Economia de tempo no trânsito das pessoas entre os andares, com consequente bem estar dos moradores e qualidade de vida;
4. Garantia da acessibilidade as pessoas com de deficiência (PCD) no âmbito dos *campi* da Universidade de Brasília bem como nos imóveis residenciais e comerciais de propriedade da universidade.

13. Providências a serem Adotadas

1. São providências para adequação do ambiente do órgão:
2. Reuniões com os fiscais para divulgação quanto ao modelo de contrato;
3. Capacitação dos servidores a atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;
4. Planilhamentos tanto de pagamentos, quanto de serviços e quantitativos;
5. Estruturação de uma equipe para acompanhamento do contrato e suas burocracias;
6. Uso do Índice de Medição de Resultado (IMR).

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Os possíveis impactos ambientais do serviço a ser contratado dizem respeito aos materiais que serão utilizados em sua execução, bem como o descarte de eventuais resíduos
2. Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção

3. Além disso, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 relativas a sistemas de gestão ambiental
4. Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010
5. Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto
6. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:
 7. I - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 8. II - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 9. III - Racionalização/economia no consumo de energia e água;
 10. IV - Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializem ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
11. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral
12. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
13. Devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
14. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.
15. Os produtos fornecidos devem procurar se enquadrar nos seguintes aspectos de sustentabilidade, no que couber à execução do contrato:
16. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
17. Observar requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
18. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
19. Os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)
20. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos;
21. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
22. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
23. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;
24. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura
25. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

26. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas
27. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
28. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116. de 2004.
29. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
30. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo. que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
31. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10 152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
32. Nos termos do artigo 4º, § 3º. da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
33. A contratação não deve contrapor medidas de sustentabilidade estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável da Universidade de Brasília, que pode visualizado no Portal da Secretaria de Meio Ambiente da UnB.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos Estudos Preliminares realizados e, principalmente, por se tratar de uma nova contratação para um serviço que já vem sendo prestado à Universidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera como viável e imprescindível a contratação de uma empresa para atender a demanda dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial nos elevadores das dependências da Universidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

ROBINSON VELLOSO NETO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 17:00:49.

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

RODRIGO NUNES ENDRES

Membro da comissão de contratação

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

RICARDO RIOS DE SOUZA MOREIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=12291235&id_documento=14473502

PAULO MEIRA LIMA MATTOS

Membro da comissão de contratação



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(Processo Administrativo nº 23106.023140/2024-59)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A
EMPRESA.....

PROCESSO Nº 23106.023140/2024-59

A Universidade de Brasília com sede Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada pelo Decano de Administração, JEREMIAS PEREIRA DA SILVA ARRAES, portador da Matrícula Funcional 1039938, credenciado por delegação de competência, por meio do Ato da Reitoria nº 1523/2024 de 26/11/2024, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), tendo em vista o que consta no Processo nº 23106.023140/2024-59 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 90009/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação serviço de engenharia contínuo, sem mão de obra exclusiva, de manutenção de elevadores, plataformas e monta-cargas, com peças incluídas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de elevadores, plataformas e monta-cargas da Universidade de Brasília.	Elevador	unid.	136	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de elevadores, plataformas e monta-cargas da Universidade de Brasília	Monta-carga	unid.	2	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de elevadores, plataformas e monta-cargas da Universidade de Brasília	Plataforma Inclínada	unid.	5	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial incluindo resgate, de elevadores, plataformas e monta-cargas da Universidade de Brasília	Plataforma Vertical	unid.	25	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca da reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:
- 8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- 8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. O Contratado deverá manter preposto da empresa, aceito pela Administração, disponível para comunicação com a equipe de fiscalização durante o período 24 horas por dia;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais descritos no item 5.2 do termo de referência;
- 9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.47. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.51.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

- 9.51.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.51.3. florestas plantadas; e
- 9.51.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 9.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- 9.52.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 9.52.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.53.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil no Distrito Federal, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar jun cessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 9.59. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.
- 9.60. A CONTRATADA deverá providenciar e apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, conforme a natureza dos serviços contratados, devidamente registrados junto ao conselho profissional competente, nos termos dos arts. 45 e 46 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, e dos arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639, de 26 de junho de 2018.
- 9.60.1. A documentação referida no caput deverá abranger integralmente os serviços objeto deste contrato, identificando o responsável técnico pela sua execução, em conformidade com a Súmula TCU nº 260.
- 9.60.2. A não apresentação da documentação no prazo estipulado caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a

CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da suspensão do início da execução contratual, quando aplicável.

9.60.3. A CONTRATADA compromete-se a manter atualizados os registros de responsabilidade técnica durante toda a vigência contratual, providenciando sua renovação, substituição ou complementação sempre que houver alteração no responsável técnico ou no escopo dos serviços.

9.61. A CONTRATADA deverá realizar a verificação das condições necessárias ao regular início da execução dos serviços, compreendendo, conforme o caso, a inexistência de pendências administrativas, a liberação das áreas de intervenção, a disponibilidade de acesso aos locais, a adoção de medidas de segurança, bem como a implementação de demais providências indispensáveis à adequada prestação dos serviços, e dentro de 30 dias corridos da assinatura do contrato, entregar um relatório de pendências à CONTRATANTE para que sejam sanadas.

9.61.1. Constatada a existência de impedimentos que inviabilizem o início dos serviços por motivo não imputável à CONTRATADA, os prazos contratuais serão suspensos ou ajustados, conforme o caso, sem aplicação de penalidades.

9.62. A CONTRATADA deverá colaborar com as verificações prévias, fornecendo informações e adotando as providências que lhe couberem, quando solicitadas pela CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que

será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Pedro Freire Louro, Administrador(a) da Diretoria de Compras do Decanato de Administração**, em 15/05/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14234371** e o código CRC **D79FCB8F**.

